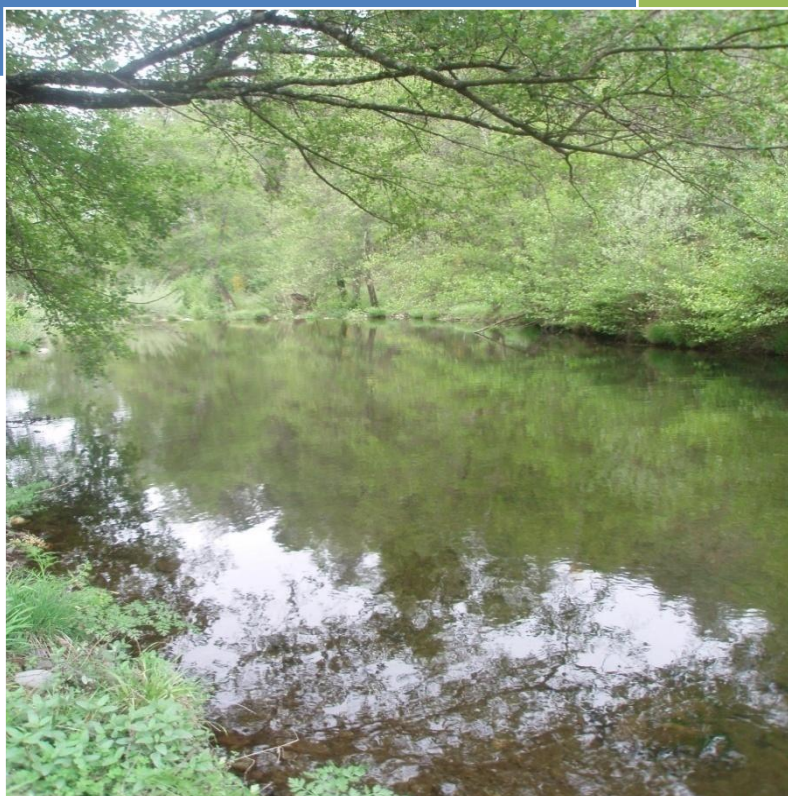


**Plano Municipal de Defesa da Floresta
Contra Incêndios**

**Caderno II
Plano de Ação**



CADERNO II

Plano de Ação

Dezembro de 2014

Índice

1. Enquadramento do Plano no Âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	7
1.1 Estrutura	8
1.2 Plano Operacional Municipal (POM)	10
1.3 Objetivos do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	11
2- Análise do risco e da vulnerabilidade aos incêndios	12
2.1- Mapa de combustíveis florestais.....	12
2.2 – Cartografia de Risco de Incêndio	13
2.2.1 Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal.....	13
2.2.2 Mapa de Risco de Incêndio Florestal	14
2.3- Mapa de Prioridades de Defesa	15
3 - Objetivos e Metas do PMDFCI	16
3.1 Tipologia	16
3.2 Objetivos e metas do PMDFCI	16
4 - Eixos Estratégicos	17
4.1 - 1º Eixo Estratégico – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais	17
4.1.1 – Levantamento da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	17
4.1.1.1 Rede de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível.....	18
4.1.1.2 Edificação em espaço rural.....	19
4.1.1.2 Rede Viária Florestal	20
4.1.1.3 Rede de Pontos de Água	21
4.1.2 PROGRAMA OPERACIONAL – Metas, Responsabilidades e Orçamento	26
4.1.2.1 Rede de Faixas de Gestão de Combustível	26
4.1.2.2 Rede Viária Florestal	30
4.1.2.3 Rede de Pontos de Água	30
4.1.3 - Orçamento do Eixo I.....	33
4.2 - 2º Eixo Estratégico – Reduzir a incidência dos incêndios.....	34
4.2.1 - Sensibilização.....	34
4.2.2 – Fiscalização.....	36

4.2.3 Orçamento do 2.º Eixo	39
4.3 - 3º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios.....	40
4.3.1 – Vigilância e deteção.....	41
4.3.2 – Rescaldo e vigilância pós-incêndios.....	42
4.3.3 – Metas e indicadores do 3.º EIXO	43
4.4 – 4º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas	45
4.4.1 – Avaliação.....	45
4.4.2 Reabilitação de ecossistema	46
4.4.3 - Planeamento de ações	47
4.5 -5º Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz	48
4.5.1 – Avaliação.....	49
4.5.2 Organização do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios	49
4.5.3 – Operacionalização das ações.....	51
4.5.3.1 Formação	51
4.5.4 Funcionamento da CMDFCI.....	51
5.0 – Orçamento	54

Índice de Tabelas

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL POR CLASSES	13
TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL POR CLASSES.....	14
TABELA 3 - OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI.....	16
TABELA 4 - ORIENTAÇÕES CONSTANTES NO PNDFCI RELATIVO AO I EIXO	17
TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA OCUPADA PELAS FAIXAS E MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS	20
TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA REDE VIÁRIA FLORESTAL.....	21
TABELA 7 – DISTRIBUIÇÃO REDE DE PONTOS DE ÁGUA POR FREGUESIA	22
TABELA 8 – DISTRIBUIÇÃO DA CONSTRUÇÃO/MANUTENÇÃO DA REDE DE FAIXAS E MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL POR ANO (HA) ...	27
TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO RESPONSÁVEIS DA CONSTRUÇÃO/MANUTENÇÃO E MEIOS DE EXECUÇÃO DA REDE DE FAIXAS E MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS POR ANO	27
TABELA 10- ORÇAMENTO MEIOS DE FINANCIAMENTO E RESPONSÁVEIS DAS FAIXAS E MOSAICO DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS (€)	28
TABELA 11– MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA FLORESTAL POR ANOS E MEIOS DE EXECUÇÃO (KM)	30
TABELA 12 – ORÇAMENTO PARA MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA FLORESTAL POR ANO (€)	30
TABELA 13 – DISTRIBUIÇÃO DA MANUTENÇÃO/CONSTRUÇÃO E MEIOS DE EXECUÇÃO DA REDE DE PONTOS DE ÁGUA POR ANOS	31
TABELA 14 - ORÇAMENTO E MEIOS DE FINANCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO/MANUTENÇÃO DA REDE DE PONTOS DE AGUA E POR ANO	32
TABELA 15 - ORÇAMENTO DO EIXO I.....	33
TABELA 16- ORIENTAÇÕES CONSTANTES NO PNDFCI RELATIVAMENTE AO 2º EIXO ESTRATÉGICO	34
TABELA 17 – COMPORTAMENTOS DE RISCO	35
TABELA 18 – AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO A DESENVOLVER POR ANO E RESPONSÁVEIS	36
TABELA 19 NUMERO DE AUTOS LEVANTADOS POR TIPOLOGIA DE SITUAÇÃO PREVISTA NA LEGISLAÇÃO EM 2014.....	37
TABELA 20 – RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO	38
TABELA 21– METAS E INDICADORES DA SENSIBILIZAÇÃO	38
TABELA 22 ORÇAMENTO DO 3 EIXO	39
TABELA 23 - ORIENTAÇÕES DO PNDFCI RELATIVAS AO 3º EIXO	40
TABELA 24 ÍNDICE ENTRE O NÚMERO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS E EQUIPES DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO.....	42
TABELA 25 - NUMERO DE REACENDIMENTOS (2002-2014)	42
TABELA 26 – METAS E INDICADORES DO 3º EIXO	43
TABELA 27 - ORÇAMENTO E RESPONSÁVEIS	43
TABELA 28 - ORIENTAÇÕES CONSTANTES NO PNDFCI RELATIVAS AO 4.º EIXO ESTRATÉGICO	45
TABELA 29 - ORIENTAÇÕES CONSTANTES NO PNDFCI RELATIVAS AO 5.ª EIXO ESTRATÉGICO	48
TABELA 30 NECESSIDADES DE FORMAÇÃO.....	49
TABELA 31 – ENTIDADES E RESPONSABILIDADES	50
TABELA 33 – ADOÇÃO DE UM SISTEMA DE PREVENÇÃO EFICAZ	51
TABELA 32 PROGRAMA DE FORMAÇÃO E ORÇAMENTO.....	52
TABELA 34 – ORÇAMENTO	54

LISTAGEM DE ANEXOS

Mapa 2.0 – Mapa dos Combustíveis Florestais do Concelho de Castelo Branco

Mapa 2.1 – Mapa de Perigosidade do Concelho de Castelo Branco

Mapa 2.2 - Mapa de Risco de Incêndio do Concelho de Castelo Branco

Mapa 2.3 – Mapa de Prioridades de Defesa do Concelho de Castelo Branco

Mapa 2.4 – Mapa de faixas e mosaicos de parcelas e gestão de combustível do concelho de Castelo Branco.

Mapa 2.5 -Mapa da rede viária do concelho de Castelo Branco.

Mapa 2.6 -Mapa da rede de pontos de água –

Mapa 2.7 – Mapa das áreas sujeitas a silvicultura DFCI em 2014 do concelho de Castelo Branco

Mapa 2.8 - Mapas de construção e manutenção de FGC e MPGC, RVF e RPA 2015

Mapa 2.8.1 Mapas de construção e manutenção de FGC e MPGC, RVF e RPA 2016

Mapa 2.8.2 - Mapas de construção e manutenção de FGC e MPGC, RVF e RPA 2017

Mapa 2.8.3 Mapas de construção e manutenção de FGC e MPGC, RVF e RPA 2018

Mapa 2.8.4 - Mapas de construção e manutenção de FGC e MPGC, RVF e RPA 2019

Mapa 2.9 - Mapa de Vigilância e Detecção

Mapa 2.10 Mapa dos tempos medio de primeira intervenção do concelho de Castelo Branco.

Mapa 2.11 Mapa dos tempos medio de primeira intervenção do concelho de Castelo Branco.

1. Enquadramento do Plano no Âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Dando cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio, que aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e ao Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, alterado e republicado pelo 17/2009 de 14 de Janeiro, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), tem por missão o estabelecimento de ações de prevenção, que incluam a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

Neste sentido, o PMDFCI caracteriza-se como um instrumento de âmbito municipal, enquadrando-se em consonância com outros instrumentos de Gestão Territorial e no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

O PMDFCI enquadra-se no sistema de planeamento e gestão territorial, nomeadamente no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, Plano Sectorial da Rede Natura 2000, Planos Especiais de Ordenamento do Território (Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas, Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas) e Planos Regionais e Municipais de Ordenamento do Território e o plano regional de ordenamento florestal da Beira Interior Sul e os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra incêndios limítrofes, e o Plano Distrital de defesa da floresta contra incêndios.

Devem ainda ser consideradas as orientações emanadas por outros instrumentos de planeamento florestal, designadamente a Estratégia Nacional para as Florestas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de Setembro), as Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas em 2003 e 2004 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2006, de 18 de Janeiro), os planos de gestão florestal e instrumentos de gestão das ZIF.

O PMDFCI do concelho de Castelo Branco terá um prazo de vigência de 5 anos, com uma revisão e monitorização de acordo com o regular funcionamento da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de acordo com a Homologação do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) - Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março. D.R. n.º 62, Série II obedecendo a seguinte estrutura:

1.1 Estrutura

Diagnóstico — Informação de Base -Caderno I

O diagnóstico resulta da análise ao território, consubstanciada na seguinte informação base:

- ✓ Caracterização física;
- ✓ Enquadramento geográfico;
- ✓ Hipsometria;
- ✓ Declive;
- ✓ Exposição;
- ✓ Hidrografia.

Caracterização climática:

- ✓ Temperatura do ar;
- ✓ Humidade relativa do ar;
- ✓ Precipitação;
- ✓ Vento.

Caracterização da população:

- ✓ População residente e densidade populacional, por freguesia;
- ✓ Recenseamento da População e Habitação (censos);
- ✓ Índice de envelhecimento e sua evolução;
- ✓ População por sector de atividade;
- ✓ Taxa de analfabetismo;
- ✓ Romarias e festas.

Caracterização da ocupação do solo, rede fundamental de conservação da natureza e gestão florestal:

- ✓ Ocupação do solo;
- ✓ Povoamentos florestais;

- ✓ Rede fundamental de conservação da natureza e regime florestal;
- ✓ Instrumentos de planeamento florestal;
- ✓ Equipamentos florestais de recreio, zonas de caça e de pesca.

Análise do histórico e causalidade dos incêndios florestais:

- ✓ Área ardida e número de ocorrências — Distribuição anual, mensal, semanal, diária e horária;
- ✓ Área ardida em espaços florestais;
- ✓ Área ardida e número de ocorrências por classes de extensão;
- ✓ Pontos prováveis de início e causas;
- ✓ Fontes de alerta;
- ✓ Grandes incêndios (área superior ou igual a 100 ha) — Distribuição anual, mensal, semanal e horária.

Plano de Ação -Caderno II

A informação base referida anteriormente, para além de fundamentar o diagnóstico, sustenta o plano de ação.

O plano de ação concretiza -se na avaliação e no planeamento de ações que suportam a estratégia municipal de DFCI, definindo metas, indicadores, responsáveis e estimativa orçamental, de acordo com os eixos estratégicos do PNDFCI e é constituído por:

- ✓ Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- ✓ Análise do risco e da vulnerabilidade aos incêndios;
- ✓ Objetivos e metas municipais de DFCI.

O Plano de ação divide-se por 5 eixos de acordo com o SNDFCI em 5 eixos:

1.º Eixo estratégico — Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais:

- ✓ Redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas;
- ✓ Rede viária florestal;

- ✓ Rede de pontos de água;
- ✓ Silvicultura no âmbito da DFCI.

2.º Eixo estratégico — Redução da incidência dos incêndios:

- ✓ Comportamentos de risco e sensibilização da população;
- ✓ Fiscalização.

3.º Eixo estratégico — Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios:

- ✓ Vigilância e deteção;
- ✓ 1.ª intervenção;
- ✓ Combate, rescaldo e vigilância pós -incêndio.

4.º Eixo estratégico — Recuperar e reabilitar os ecossistemas:

- ✓ Ações de estabilização de emergência e reabilitação pós -incêndio;
- ✓ Planeamento da recuperação de áreas ardidas.

5.º Eixo estratégico — Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz:

- ✓ Identificação das competências das entidades;
- ✓ Planificação das reuniões da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf);
- ✓ Monitorização e revisão do PMDFCI.

1.2 Plano Operacional Municipal (POM)

O Plano Operacional Municipal visa a operacionalização do PMDFCI, em particular para as ações de vigilância, deteção, fiscalização, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós -incêndio, concretiza -se através do POM, que particulariza a execução destas ações sendo constituído por:

- ✓ Meios e recursos;
- ✓ Contactos;
- ✓ Setores territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós -incêndio;

- ✓ Cartografia de apoio à decisão.

1.3 Objetivos do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

O PMDFCI visa estabelecer a estratégia municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), através da definição de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), em consonância com os respetivos Plano Regional de Ordenamento Florestal e com o Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI).

Para tal e com base na informação compilada e tratada no Caderno I-Diagnostico da situação, o PMDFCI deve:

- ✓ Identificar e quantificar o perigo e as causas de ocorrência de incêndios florestais, no concelho;
- ✓ Conhecer as causas estruturais e conjunturais mais relevantes na origem dos incêndios;
- ✓ Avaliar a eficácia dos meios de prevenção, deteção e combate existentes;
- ✓ Elaborar uma proposta de ação devidamente detalhada e quantificada que permita a redução do número de incêndios e superfície de área ardida;
- ✓ Produção de uma cartografia atualizada e detalhada, onde estejam representadas as infraestruturas de extrema utilidade numa situação de emergência.

2- Análise do risco e da vulnerabilidade aos incêndios

O risco e vulnerabilidade dos diferentes espaços florestais à ocorrência e propagação de incêndios florestais, constituem parâmetros fundamentais e básicos no planeamento e definição de uma estratégia eficaz de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A disponibilização de informação (sintética e de rigor) às diferentes instituições com responsabilidade acrescida no âmbito da DFCI, assume carácter de relevo, pelo facto de contribuir para o esclarecimento necessário à uniformização da informação e consequentes procedimentos, autonomamente empreendidos por cada instituição.

As cartas de Combustíveis Florestais, de Risco de Incêndio e de Prioridades de Defesa, sintetizam assim a principal informação no que concerne às ações a promover no âmbito da DFCI, permitindo uma eficaz articulação entre as instituições envolvidas, facilitando, em última instância, não somente o planeamento, mas também as ações físicas a empreender.

2.1– Mapa de combustíveis florestais

O mapa de combustíveis florestais do concelho de Castelo Branco (Mapa 2.0) foi construído com base na carta de ocupação de solo (Corine) e na descrição das formações de combustíveis existentes na região e de acordo com os modelos de combustíveis descritos no manual de apoio e homologado segundo a classificação criada pelo Northern Forest Fire Laboratory (NFFL).

A utilização desta peça cartográfica assume duas vertentes principais:

- ✓ A utilização em modelos de simulação do comportamento do fogo, especialmente útil para a definição da localização de infraestruturas de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente das faixas de gestão de combustíveis pertencentes às redes municipais.
- ✓ Por outro lado, a informação contida pode servir como ferramenta de apoio à decisão relativamente à definição de áreas prioritárias de silvicultura no âmbito da DFCI.

2.2 – Cartografia de Risco de Incêndio

A cartografia de risco de incêndio é um suporte técnico que recorre às variáveis biológicas e físicas, para exemplificar a variabilidade espacial do risco de incêndio florestal dentro da área afeta a um concelho.

A carta foi produzida recorrendo a metodologia CRIF do IGEO.

As cartas de Risco de Incêndio Florestal têm por objetivo apoiar o planeamento de medidas de prevenção aos fogos florestais, assim como a otimização dos recursos e infraestruturas disponíveis para a defesa e combate aos fogos florestais.

As cartas são produzidas recorrendo a um modelo de variáveis fisiográficas que podem explicar de forma mais relevante a variabilidade espacial do risco de incêndio florestal.

2.2.1 Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal

Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal, resulta da combinação da probabilidade com a suscetibilidade, apresentando o potencial de um território para a ocorrência do fenómeno. Permite responder à questão “onde tenho maior potencial para que o fenómeno ocorra e adquira maior magnitude?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção.

O Mapa de Perigosidade de incêndio florestal, (Mapa 2.1) apresenta 7 classes (Muito Baixa, Baixa, Médio, Alta e Muito Alta, superfície aquáticas e aglomerados populacionais).

Tabela 1 - Distribuição do índice de perigosidade de incêndio florestal por classes

Valor em Percentagem	Classe
10,09	Muito baixa
16,01	Baixa
9,38	Média
46,48	Alta
15,74	Muito alta
1,75	Aglomerados urbanos
0,54	Massas de água

Pela análise da tabela 1 verifica-se que 46.48 % da área do município apresenta índice de perigosidade alta e 15.74 % muito alta.

Temos assim que 62,22 % da área do município inclui-se nas classes altas e muito alta de perigosidade de incêndio.

Estes locais correspondem a áreas onde o declive é mais acentuado e onde a ocupação é constituída por espécies mais combustíveis nomeadamente pinheiro bravo e eucalipto.

2.2.2 Mapa de Risco de Incêndio Florestal

Mapa de Risco de Incêndio Florestal (Mapa 2.2), resulta da combinação das componentes do mapa de perigosidade com as componentes do dano potencial (vulnerabilidade e valor) para indicar qual o potencial de perda em face do fenómeno. Quando o fenómeno passa de uma hipótese a uma realidade, o mapa de risco informa acerca do potencial de perda de cada lugar cartografado, respondendo à questão “onde tenho condições para perder mais?”. Este mapa é particularmente indicado para ações de prevenção quando lido em conjunto com o mapa de perigosidade, e para planeamento de ações de supressão

No cálculo da cartografia de risco, recorreu-se a um levantamento de elementos em risco aos quais se associou uma vulnerabilidade e valor económico.

Tabela 2 - Distribuição do índice de risco de incêndio florestal por classes

Percentagem	Classe
32,87	Sem risco
13,29	Muito baixo
13,15	Baixo
12,83	Médio
25,54	Alto
0,03	Muito alto
1,75	Aglomerados urbanos
0,54	Massas de água

Pela análise da tabela 2 verifica-se a o risco muito alto tem um valor residual de 0.03 % e a classe de Risco alto apresenta valor considerável de 25.54 %.

Relativamente as outras classes a que se destaca com 32.87 % é a Classe sem risco.

2.3- Mapa de Prioridades de Defesa

A carta de prioridades de defesa de um concelho, identifica as áreas onde existe uma maior ou menor necessidade de implementar ações prioritárias, no que concerne à Defesa da Floresta Contra Incêndios.

O mapa de prioridades de defesa tem como objetivo a identificação dos elementos que interessa proteger, através da representação das manchas de risco de incêndio florestal elevado e muito elevado sobre as quais se desenham os elementos prioritários, como pontos ou polígonos conforme a sua natureza.

São exemplos de prioridades de defesa o arvoredo de interesse público, a envolvente a património natural, cultural ou outro, ensaios de proveniências e de descendências, zonas experimentais e de investigação florestal, espaços florestais de recreio e todos os outros elementos de reconhecido valor ou interesse social, cultural, ecológico ou outro. (Mapa 2.3)

3 - Objetivos e Metas do PMDFCI

3.1 Tipologia

Segundo os dados do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas a tipologia do concelho de Castelo Branco é T2.

3.2 Objetivos e metas do PMDFCI

De acordo com a resolução do conselho de ministros 65/20006 de 25 de Maio o PNDFCI pretende contribuir, a par de demais legislação já aprovada e a aprovar, para a definição de uma estratégia e a articulação metódica e equilibrada de um conjunto de ações com vista a fomentar a gestão ativa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais.

Para alcançar os objetivos, ações e metas desenvolvidos no PNDFCI, preconiza-se uma implementação articulada e estruturada em cinco eixos estratégicos de atuação:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Na tabela 3 estão descritos os objetivos e metas que se pretendem alcançar até ao ano de 2017 de acordo com o PNDFCI.

Tabela 3 - Objetivos e metas do PMDFCI

Objetivos	Meta 2015	Meta 2016	Meta 2017	Meta 2018	Meta 2019
Reduzir área ardida	< 10 ha	< 10 há	< 10 ha	< 10 ha	< 10 ha
Reduzir incêndios com mais de 1 ha	1	1	1	1	1
Reduzir reacendimentos	0,2% das	0,2% das	0,1% das	0,1% das	0,1% das

Objetivos	Meta 2015	Meta 2016	Meta 2017	Meta 2018	Meta 2019
	ocorrências	ocorrências	ocorrências	ocorrências	ocorrências
Reduzir tempos de intervenção superiores a 1 hora	0,1% das ocorrências	0,1% das ocorrências	0,1% das ocorrências	0,1% das ocorrências	0,1% das ocorrências
Eliminar incêndios com mais de 10 ha	0	0	0	0	0
1ª intervenção menor de 20 minutos	90% das ocorrências	90% das ocorrências	90% das ocorrências	90% das ocorrências	90% das ocorrências
Área ardida em povoamentos	0.8 % do total	0.8 % do total	0	0	0

4 - Eixos Estratégicos

4.1 - 1º Eixo Estratégico – Aumento da Resiliência do Território aos Incêndios Florestais

Tabela 4 - Orientações constantes no PNDFCI relativo ao I EIXO

Objetivo estratégico	Promoção da gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas
Objetivos operacionais	Proteção das zonas de interface urbano/florestal Implementação de programa de redução de combustíveis
Ações	Criação e manutenção de redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidades aos incêndios Implementação de mosaico de parcelas gestão de combustível Promoção de ações de silvicultura no âmbito da DFCI Promoção de ações de gestão de pastagens Criação e manutenção de redes de infraestruturas (RVF e RPA) Divulgação de técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais

4.1.1 – Levantamento da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

As redes de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) concretizam territorialmente, de forma coordenada, a infra -estruturação dos espaços rurais decorrente da estratégia do Planeamento de Defesa da Floresta Contra Incêndios

As RDFCI integram as seguintes componentes:

- Redes de faixas de gestão de combustível;

- b) Mosaico de parcelas de gestão de combustível;
- c) Rede viária florestal;
- d) Rede de pontos de água;
- e) Rede de vigilância e deteção de incêndios;
- f) Rede de infra -estruturas de apoio ao combate.

Atendendo ao artigo 13º do D.L. 124 /2006 de 28 de junho (com alterações introduzidas pelo D.L 17/2009 de 14 de janeiro), a gestão de combustíveis nos espaços rurais é realizada através de faixas e de parcelas situadas em locais estratégicos para o prosseguimento de determinadas funções, onde se procede à alteração e à remoção total ou parcial da biomassa existente, cumprindo três funções e objetivos primordiais:

- a) Diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate na frente de fogo e nos seus flancos;
- b) Reduzir os efeitos da passagem de grandes incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial;
- c) O isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios, como seja as faixas paralelas às linhas elétricas ou à rede viária.

4.1.1.1 Rede de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível

A rede regional de Faixas de Gestão de Combustíveis, divide-se em três níveis, consoante a sua funcionalidade e responsabilidade de manutenção:

1. **Rede Primária** - De âmbito sub-regional, foi definida pela Comissão Regional de Reflorestação da Beira Interior, onde se insere o concelho de Castelo Branco, ocupando uma área de aproximadamente 4000 ha.

As especificações técnicas para a sua implementação, são as seguintes:

- A largura é maior ou igual a 125 m
- Os compartimentos definidos têm áreas compreendidas entre os 5 000 a 10 000 ha

- Os troços arborizados devem considerar descontinuidades horizontais e verticais em que o coberto arbóreo é inferior a 50% e a altura da base das copas é superior a 4m.
- 2. Rede Secundária** - De âmbito municipal, inserem-se em locais adjacentes às redes viárias e ferroviárias públicas, às zonas envolventes aos aglomerados populacionais, às linhas de transporte e distribuição de energia elétrica, bem como na envolvente de todas as edificações, parques de campismo, infraestruturas e parques de lazer e de recreio, parques e zonas industriais, plataformas logísticas e aterros sanitários inseridos em espaços rurais;
 - 3. Redes Terciária** - De interesse local, apoiam -se nas redes viária, elétrica e divisional das unidades locais de gestão florestal ou agro -florestal, sendo definidas no âmbito dos instrumentos de gestão florestal.

A gestão dos combustíveis existentes nos espaços rurais é realizada através de faixas de gestão e parcelas situadas em locais estratégicos.

As redes de faixas de combustíveis que constituem as redes primárias secundárias e terciárias têm como função reduzir a área percorrida por incêndios florestais e diminuir os seus efeitos. Têm ainda como função isolar potenciais focos de ignição de incêndios.

Na tabela 5 está identificada a área ocupada pelas diferentes faixas de mosaicos e parcelas de gestão de combustíveis do concelho de Castelo Branco.

4.1.1.2 Edificação em espaço rural

Nos termos do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-lei nº124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro

a). Em espaço florestal ou com ele confinante, as novas edificações têm que salvaguardar na sua implantação no terreno a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação.

b). Noutros espaços rurais, que não os espaços florestais, as novas edificações têm que salvaguardar na sua implantação no terreno a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de

proteção nunca inferior a 30 metros, medida a partir da alvenaria exterior da edificação, desde que esteja assegurado uma faixa de 50 metros sem ocupação florestal (floresta, matos e pastagens espontâneas).

c). As faixas de proteção às novas edificações devem estar inseridas nas propriedades de que são titulares, ou seja, em terreno pertencente ao proprietário da edificação, para que o ónus da gestão de combustível da rede secundária (n.º 2 do artigo 15.º do DL n.º 124/2006, 28 junho com a redação dada pelo DL n.º 17/2009, 14 janeiro) não seja transferido para terceiros.

d). Quando a faixa de proteção de uma dada edificação se sobrepõe com outra faixa de proteção inserida em rede secundária já existente, a área sobreposta pode ser contabilizada na distância mínima exigida para proteção dessa edificação.

No mapa 2.4 está representada a rede faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis.

Tabela 5 - Distribuição da área ocupada pelas Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustíveis

Código de descrição da faixa/mosaico	
1 – Edificações integradas em espaços rurais	1.428,67
2 – Aglomerados populacionais	10.266,42
3 – Parques e polígonos industriais	42,32
4 – Rede viária florestal	50,49
5-Rede Ferroviaria	47,37
7 – Linhas elétricas em muito alta tensão	401,83
8 – Rede primária de faixas de gestão de combustível	5.169,89
10 - Linhas elétricas em média tensão	466,71
11 – Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	2.214,14
13 – Linhas elétricas em alta tensão	52,67

4.1.1.2 Rede Viária Florestal

A Rede Viária Florestal define-se como um dos elementos básicos da estratégia de Defesa da Floresta Contra Incêndios, dado que lhe é associado um conjunto de funções fundamentais em termos de circulação, nomeadamente no que se refere ao aproveitamento dos recursos naturais, condução e exploração de povoamentos florestais, pastagens e ainda em termos de recreio e lazer.

Desta rede viária fazem parte:

- As estradas do Plano Nacional Rodoviário e as Estrada Municipais
- Caminhos Florestais, que possibilitam a passagem, ao longo de todo o ano, a todo o tipo de veículos;
- Estradões, limitada a circulação a veículos a todo o terreno, desempenhando uma função primordial já que apoia as operações e compartimentações florestais;
- Trilhos, vias de existência efémera, destinadas à utilização exclusiva de tratores e máquinas florestais.

Em termos de Defesa da Floresta Contra Incêndios, a rede viária florestal desempenha primordialmente as seguintes funções:

- Permite um rápido deslocamento aos meios de combate, auxiliando também no acesso ao reabastecimento de água e de combustíveis;
- Permite a circulação de equipas de vigilância móvel terrestre, em complemento da rede de vigilância fixa.

Na tabela 6 e no mapa 2.5 está representada a rede viária florestal do concelho de Castelo Branco. Como se verifica pela análise destes dois elementos a rede viária florestal é extensa e abrange todo o concelho uniformemente.

Tabela 6 - Distribuição da Rede Viária Florestal

	Tipo	Ordem	Cumprimento Km
Rede Viária Florestal	Fundamental	1	239,3295
		2	1637,996
	Complementar	3	2573,041
Total			4450,367

4.1.1.3 Rede de Pontos de Água

A Rede de Pontos de Água é constituída por uma diversidade de estruturas de armazenamento de água, de planos de água acessíveis e de pontos de tomada de água.

Esta rede possui como principais funções:

- O Fomento da Biodiversidade, o regadio, o abastecimento público de água potável, entre outros;
- Possibilita o funcionamento de faixas de humedecimento;
- Garante o reabastecimento das equipas de luta.

No que concerne à Defesa da Floresta Contra Incêndios, o seu planeamento deve ter em consideração as estratégias de combate e as logísticas inerentes a cada região e o disposto na Portaria 133/2007 de 26 de Janeiro.

Associado à implementação das redes regionais de faixas de gestão de combustível, rede viária e pontos de água, a manutenção de um mosaico de parcelas é fundamental logo que se pretenda gerir diferentes estratos de combustível ou diversificar a estrutura e composição dos povoamentos florestais e matos, se atendermos que a sua função primordial (estrutura em mosaico) permite a eliminação de condições propícias à ocorrência de fogos de considerável dimensão, salientando-se a elevada proporção de combustíveis mortos acumulados bem como a continuidade de estratos de combustível.

Os aglomerados populacionais, pelo próprio valor humano que representam, terão, indiscutivelmente que se centrar no primeiro patamar de qualquer estratégia ou planeamento a efetuar. O concelho de Castelo Branco não é, nem poderia ser, neste domínio, uma exceção.

A sua importância na Defesa da Floresta Contra Incêndios reside sobretudo no facto de possibilitar o reabastecimento das equipas de luta, terrestres e aéreas, próximo do teatro de operações.

Na tabela 7 estão identificados os pontos de água existentes no concelho por freguesia.

No mapa 2.6 está representada a sua localização.

Tabela 7 – Distribuição Rede de Pontos de Água por freguesia

Freguesia	Código	Designação local	Tipo_PA	Classe_PA	Coordenadas		Vol. Max m3
					Y	Y	
050214	1	Malpica	Charca	M	300203,268	262022,2	5.040,00
050214	2	Caninhas	Charca	M	300316,371	270043,4	10.800,00
050214	3	Ponsul	Rio	M	301487,25	254644,9	3.000.000,00
050216	4	Ferrarias	Charca	M	305139,698	273038,4	4.752,00

Freguesia	Código	Designação local	Tipo_PA	Classe_PA	Coordenadas		Vol. Max m3
					Y	Y	
050221	5	Ponte da Ocreza/Alvaiade	Rio	M	307074,357	235943,8	3.000,00
050226	6	Ponte do Ponsul	Rio	M	307679,417	254689,2	400.000,00
050221	7	Pegaraz/Rio Ocreza	Rio	M	307796,965	237120,3	12.500,00
050214	8	Farropa	Charca	M	308129,833	262504,6	47.100,00
050214	9	Monte Pardal	Charca	M	308322,649	258491,6	2.100,00
050214	10	Monte das barrelas	Charca	M	308394,955	266971,5	93.000,00
050221	11	Gaviãozinho	Charca	M	309020,044	234114,6	400,00
050216	12	Couto	Charca	T	309949,534	274145,9	0,00
050226	13	Amarelos	Charca	M	310340,481	245085,1	1.800,00
050226	14	Represa	Charca	T	310613,631	246901,4	6.000,00
050226	15	Amarelos	Charca	M	310713,951	245335,1	1.200,00
050205	16	Monte da Ponte/rio Ponsul	Rio	T	311535,785	259315	10.000,00
050221	17	Ponte das Ferrarias/rio Ocreza	Rio	M	311803,367	240854,2	20.000,00
050221	18	Vale da Pereira	Charca	A	312277,65	236895,1	4.800,00
050221	19	Vale da Saraça	Charca	M	312427,535	236634,5	2.400,00
050221	20	Ferrarias no caminho para a ponte	Charca	T	312565,847	239951,7	1.600,00
050221	21	Vale das Ramadas	Charca	T	313119,094	234951,1	4.860,00
050221	22	Vale do freixo	Charca	M	313148,573	235203,3	225,00
050203	23	Benquerenças	Charca	T	313197,07	248206,7	3.000,00
050221	24	Cantareira	Reservatório	T	313500,094	236592,7	90,00
050221	25	Vale de Arada/Ferrarias	Charca	T	313945,433	239480,9	1.800,00
050214	26	Monte Grande	Charca	T	314043,565	268675,3	0,00
050205	27	Areal/rio Ponsul	Rio	M	314407,568	262745,2	6.000,00
050221	28	Outeiro	Charca	M	314465,208	239508,5	4.500,00
050221	29	Aboboreira	Charca	T	314777,454	237825,6	375,00
050221	30	Ti-Joanes	Charca	T	315258,686	239889,6	1.800,00

Freguesia	Código	Designação local	Tipo_PA	Classe_PA	Coordenadas		Vol. Max m3
					Y	Y	
050221	31	Vale Porco	Charca	M	315568,752	238109	75,00
050221	32	Roselha	Charca	T	315598,532	238954,9	900,00
050221	33	CEREJEIRA	Açude	T	315722,941	232542,2	18.750,00
050221	34	Piscina de Sto. André	Piscina	M	315755,103	237278,3	444,60
050221	35	S Limões	Charca	T	316740,575	236190,9	750,00
050205	36	Zona industrial	Charca	T	316909,349	251742,8	40.800,00
050221	37	V Chiqueiro	Charca	T	317179,071	234583,1	1.250,00
050203	38	Ribeiro da Seta	Charca	M	318042,619	249036,8	5.400,00
050223	39	Vale do Grou	Charca	M	318675,045	238660,6	1.200,00
050223	40	Ponte da Ocreza	Rio	M	319250,423	246264,3	15.000,00
050223	41	Brejeiro	Charca	M	319580,096	237652,9	3.000,00
050205	42	Barragem da Feiteira	Barragem	M	320056,184	256629,7	45.000,00
050223	43	ribeiro da santa	Charca	M	320095,051	235295,8	4.500,00
050223	44	horta grande	Charca	M	320190,487	237432,1	7.500,00
050223	45	piscina do sesmo	Açude	M	321336,206	233392,2	4.800,00
050223	46	Estacal	Charca	T	321825,416	238891,9	30.000,00
050223	47	Lameiras	Barragem	M	321938,842	238103,9	600,00
050227	48	Charca na Mata	Charca	T	322155,264	266108,2	10.000,00
050231	49	Rio Ocreza	Rio	A	322333,467	250590,5	300,00
050223	50	Muro	Açude	T	322611,059	244409,3	15.000,00
050227	51	Salguerinho	Charca	M	322852,096	267343,3	33.600,00
050223	52	Estacal	Charca	M	323060,531	240043,1	90.000,00
050227	53	Estrada	Charca	A	324058,195	265129,6	21.600,00
050223	54	azenha de cima	Rio	T	324748,262	235083,7	210,00
050227	55	Vale da Silveira	Barragem	T	325410,664	263989	16.500,00
050223	56	Vale M Dona	Charca	M	325502,215	238118,7	6.250,00

Freguesia	Código	Designação local	Tipo_PA	Classe_PA	Coordenadas		Vol. Max m3
					Y	Y	
050223	57	Grade	Charca	M	326268,218	238144,2	2.700,00
050223	58	Grade	Charca	M	326976,311	239034,4	4.800,00
050223	59	Vale Ferradas	Charca	T	328309,37	239418	800,00
050223	60	Grade	Charca	T	328379,419	237950,5	2.400,00
050201	61	Estação de Caminhos de Ferro	Barragem	M	330432,378	259776,5	30.000,00
050223	62	Maxial Campo	Charca	M	330661,219	239074,1	1.200,00
050222	63	Várzea/Martim Branco	Charca	M	331820,455	243403,3	188.244,00
050231	64	Barragem da Marateca	Barragem	T	333630,418	256086,3	68.000.000,00
050230	65	Rribeiro do seixo	Charca	M	334013,878	246137,8	1.800,00
050202	66	Paiaguá	Reservatório	T	335188,932	235664,7	90,00
050222	67	Sobral do Campo	Charca	T	336802,74	245650,5	1.800,00
050230	68	ribeiro de s. vicente	Açude	M	337176,009	249662,2	35,00
050202	69	Almaceda	Açude	T	337793,596	240279,2	800,00
050211	70	Monte das areias	Charca	T	338458,398	260170,7	20.000,00
050222	71	Mourela	Charca	M	339197,164	243182,2	6.000,00
050202	72	Ingarnal	Reservatório	M	339220,265	238281,7	90,00
050222	73	barragem do pisco	Barragem	T	339370,259	249226	1.500.000,00
050222	74	Pereiros	Charca	M	341402,333	246294	4.050,00
050222	75	casal poiso/casal da fraga	Charca	M	341863,086	247860,6	8.000,00
050222	76	Lameiras	Charca	M	342291,877	249682,8	3.750,00
050222	77	Pereiros1	Charca	M	342342,881	246582,6	1.500,00
050202	78	Ribeira eiras	Reservatório	T	343600,675	241129	90,00
050221	79	Ovelheiros	Charca	T	314958,003	239711,9	1.200,00
050221	80	Val da Sertã	Charca	M	315451,755	239880,4	1.200,00
050223	81	Lomba Cha	Charca	M	316619,555	240633,4	1.200,00
050223	82	Cabeço do Infante	Charca	M	318426,05	240589,8	1.200,00

Freguesia	Código	Designação local	Tipo_PA	Classe_PA	Coordenadas		Vol. Max m3
					Y	Y	
050221	83	Ferrarias	Charca	M	312724,151	239766,8	1.200,00
050227	84	Escalos de cima	Charca	M	325031,709	264693,6	1.200,00
050221	85	Monte Gordo	Charca	M	315456,363	234640,8	1.200,00
050202	86	Esteveira	Charca	M	328427,058	243728,8	1.200,00
050223	87	Lisga	Açude	M	323017,135	227720,4	320,00

4.1.2 PROGRAMA OPERACIONAL – Metas, Responsabilidades e Orçamento

4.1.2.1 Rede de Faixas de Gestão de Combustível

A tabela 8 mostra em hectares a área que se pretende intervir nas faixas de gestão de combustível e nos mosaicos de parcelas de gestão de combustível.

A tabela 10 mostra o orçamento para a execução destes trabalhos até ao ano de 2019.

Tabela 8 – Distribuição da Construção/Manutenção da rede de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível por ano (ha)

Código de descrição da faixa/mosaico	2015	2016	2017	2018	2019	
1 – Edificações integradas em espaços rurais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Aglomerados populacionais	314,41	295,75	115,36	268,58	83,60	1.077,69
3 – Parques e polígonos industriais	0,00	19,45	0,00	0,00	0,00	19,45
4 – Rede viária florestal	18,16	4,97	0,00	0,00	0,00	23,13
5-Rede Ferroviária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 – Linhas elétricas em muito alta tensão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 – Rede primária de faixas de gestão de combustível	48,49	256,30	137,12	0,00	0,00	441,91
10 - Linhas elétricas em média tensão	99,32	76,34	183,54	107,52	99,32	566,03
11 – Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	859,67	443,59	0,00	0,00	0,00	1.303,25
13 – Linhas elétricas em alta tensão	11,70	19,58	12,98	8,41	11,70	64,37
	3366,74	3131,96	2466	2402,52	2213,618	

Tabela 9 – Distribuição responsáveis da construção/manutenção e meios de execução da Rede de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustíveis por ano

Código de descrição da faixa/mosaico	Responsáveis	Meios de Execução	2015	2016	2017	2018	2019	
1 – Edificações integradas em espaços rurais	Proprietários	Prestador de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Aglomerados populacionais	Proprietários	Prestador de Serviços	314,41	295,75	115,3	268,58	83,60	1.077,6

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Código de descrição da faixa/mosaico	Responsáveis	Meios de Execução	2015	2016	2017	2018	2019	
					6		9	
3 – Parques e polígonos industriais	CMCB/VALNOR/C LENA	Prestador de Serviços	0,00	19,45	0,00	0,00	0,00	19,45
4 – Rede viária florestal	CMCB/AFLOBEI/E P	Prestador de Serviços	18,16	4,97	0,00	0,00	0,00	23,13
7 – Linhas elétricas em muito alta tensão	EDP	Prestador de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 – Rede primária de faixas de gestão de combustível	ICNF/AFLOBEI	Prestador de Serviços	48,49	256,30	137,1 2	0,00	0,00	441,91
10 - Linhas elétricas em média tensão	EDP	Prestador de Serviços	99,32	76,34	183,5 4	107,52	99,32	566,03
11 – Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	AFLOBEI	Prestador de Serviços	859,67	443,59	0,00	0,00	0,00	1.303,2 5
13 – Linhas elétricas em alta tensão	EDP	Prestador de Serviços	11,70	19,58	12,98	8,41	11,70	64,37
			3366,74	3131,9 6	2466	2402,5 2	2213,61 8	

Tabela 10- Orçamento meios de financiamento e responsáveis das faixas e mosaico de parcelas de gestão de combustíveis (€)

Código de descrição da faixa/mosaico	Responsáveis	Meios de Financiamento	2015	2016	2017	2018	2019	
1 – Edificações integradas em espaços rurais	Proprietários	ND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Aglomerados populacionais	Proprietários	ND	314.406,74	295,7 5	115,36	268,58	83,60	315.170,03

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Código de descrição da faixa/mosaico	Responsáveis	Meios de Financiamento	2015	2016	2017	2018	2019	
3 – Parques e polígonos industriais	CMCB/VALNOR/CLENA	ND	0,00	19,45	0,00	0,00	0,00	19,45
4 – Rede viária florestal	CMCB/AFLOBEI	Proder/ND	18.160,12	4,97	0,00	0,00	0,00	18.165,09
7 – Linhas elétricas em muito alta tensão	EDP		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 – Rede primária de faixas de gestão de combustível	ICNF/AFLOBEI	Serviço público Sapadores/Proder	48.490,86	256,30	137,12	0,00	0,00	48.884,28
10 - Linhas elétricas em média tensão	EDP	ND	99.317,97	76,34	183,54	107,52	99,32	99.784,69
11 – Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	AFLOBEI	PRODER	859.666,78	443,59	0,00	0,00	0,00	860.110,36
13 – Linhas elétricas em alta tensão	EDP	ND	11.702,32	19,58	12,98	8,41	11,70	11.755,00
			1.353.759,79	3.131,98	2.466,00	2.402,51	2.213,62	1.353.888,90

ND-dados não disponíveis

4.1.2.2 Rede Viária Florestal

Na tabela 11 estão discriminados os quilómetros, que se pretende intervir na rede viária florestal até ao ano 2019.

Na tabela 12 está o valor indicativo do orçamento previsto para execução das ações.

Tabela 11– Manutenção da Rede viária Florestal por anos e meios de execução (km)

Rede Viária Florestal		Meios de Execução	2015	2016	2017	2018	2019
Fundamental	1	Prestador de Serviços	0	0,00	0,00	0.00	0,00
	2	Prestador de Serviços	82,2	49,89	151,17	1.096,26	44,89
Complementar	3	Prestador de Serviços	37,3	63,86	32,72	1.846,62	64,95

Tabela 12 – Orçamento para manutenção da Rede Viária Florestal por ano (€)

Rede Viária Florestal		Meios de Financiamento	2015	2016	2017	2018	2019
Fundamental	1		0,00	0,00	0,00	0.00	0,00
	2	Autarquia	82.198,94	49.887,08	151.167,34	1.096.257,78	44.893,99
Complementar	3	Autarquia	37.349,80	63.861,74	32.723,72	1.846.624,91	64.954,62
Total			119.548,74	113.748,81	183.891,06	3.014.579,35	109.848,61

4.1.2.3 Rede de Pontos de Água

A tabela 13 dá-nos indicação do ano em que se fará a manutenção/construção de alguns dos pontos de água da rede DFCI do concelho de Castelo Branco.

Na tabela 14 está discriminado orçamento necessário para a realização da manutenção desses mesmos pontos de água.

Tabela 13 – Distribuição da manutenção/construção e meios de execução da Rede de Pontos de água por anos

Distribuição da manutenção/construção da Rede de Pontos de água por anos										
Freguesia	ID_PA	Designação local	Tipo PA	Classe_PA	Meios de Execução	2015	2016	2017	2018	2019
Almaceda	72	Ingarnal	Reservatório DFCI	M	Prestador de Serviços					
	66	Paiágua	Reservatório DFCI							
	A Definir	Ribeira de Almaceda	Açude	M	Prestador de Serviços					
	78	Ribeira eiras	Reservatório DFCI	M	Prestador de Serviços					
Santo André das Tojeiras	24	Cantareira	Reservatório DFCI	M	Prestador de Serviços					
Sarzedas	45	Piscina do Sesmo	Rio	M	Prestador de Serviços					
	87	Ponte da Lisga	Rio	M	Prestador de Serviços					
Malpica do Tejo	A Definir	A Definir	Charca	M	Prestador de Serviços					
	A Definir	A Definir	Charca	M	Prestador de Serviços					
	A Definir	A Definir	Charca	M	Prestador de Serviços					
	A Definir	A Definir	Charca	M	Prestador de Serviços					
	A Definir	A Definir	Charca	M	Prestador de Serviços					
Monforte da Beira	A Definir	A Definir	Charca	M	Prestador de Serviços					
		Manutenção	Construção							

Tabela 14 - Orçamento e meios de financiamento para construção/manutenção da Rede de Pontos de Água e por ano

Distribuição da manutenção/construção da Rede de Pontos de água por anos									
Freguesia	ID_PA	Designação local	Classe_PA	Meios de Financiamento	2015	2016	2017	2018	2019
Almaceda	72	Ingarnal	M	Autarquia			2.500,00		
	66	Paiágua	M	Autarquia	2.500,00				
	A Definir	Ribeira de Almaceda	M	Autarquia				ND	
	78	Ribeira eiras	M	Autarquia				2.500,00	
Santo André das Tojeiras	24	Cantareira	M	Autarquia					2.500,00
Sarzedas	45	Piscina do Sesmo	M	Autarquia		2.500,00			
	87	Ponte da Lisga	M	Autarquia		25.000,00			
Malpica do Tejo	A Definir	A Definir	M	Proder		25.000,00			
	A Definir	A Definir	M	Proder		25.000,00			
	A Definir	A Definir	M	Proder		25.000,00			
	A Definir	A Definir	M	Proder		25.000,00			
	A Definir	A Definir	M	Proder		25.000,00			
Monforte da Beira	A Definir	A Definir	M	Proder		148.000,00			
		Manutenção		Construção					

4.1.3 - Orçamento do Eixo I

Tabela 15 - Orçamento do EIXO I

Descrição	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustíveis	1.353.759,79	3.131,98	2.466,00	2.402,51	2.213,62	1.363.973,90
Rede Viária Florestal	119.548,74	113.748,81	183.891,06	3.014.579,35	109.848,61	3.541.616,57
Rede de Pontos de Agua	2.500,00	300.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	310.500,00
Total	1.477.823,53	419.396,79	190.874,06	3.021.499,86	116.581,23	5.216.090,47

4.2 - 2º Eixo Estratégico – Reduzir a incidência dos incêndios

Tabela 16- Orientações constantes no PNDFCI relativamente ao 2º Eixo estratégico

Objetivos estratégicos	Sensibilização e educação das populações Melhoria do conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações
Objetivos operacionais	Sensibilização da população Sensibilização e educação escolar Fiscalização
Ações	Desenvolvimento de programas de sensibilização ao nível local, dirigidos a grupos alvo em função dos comportamentos de risco identificados na fase de avaliação Desenvolvimento de programas de sensibilização e educação escolar Definição de áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a suscetibilidade à ignição

Este capítulo será desenvolvido de acordo com o diagnóstico elaborado no caderno I.

4.2.1 - Sensibilização

A necessidade de uma gestão florestal sustentável, implica necessariamente um investimento em ações que levem à mudança de atitude por parte de todos nós, uma vez que a floresta é de todos e por todos deverá ser preservada.

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida como um conjunto das atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, atuando em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação. Considerando que o objetivo do controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio e que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo que se deverá atuar.

Torna-se imperativo educar os diferentes segmentos populacionais no sentido de reconhecerem na floresta um património coletivo, com valor económico, social e ambiental e assumirem responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras, minimizando comportamentos de risco.

Verifica-se que a falta de gestão de combustíveis e a infração mais comum com 14 ocorrências.

Tabela 17 – Comportamentos de risco

O Quê?	Como?	Onde?	Quando?	Ocorrências
CONFECCÃO DE ALIMENTOS NO PERÍODO CRÍTICO	UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMBUSTÃO	Área florestal em Castelo Branco e Lardosa e Tinalhas	Período crítico	7
REALIZAÇÃO DE TRABALHOS FLORESTAIS	COM MAQUINARIA AGRÍCOLA COM PESO SUPERIOR A 10.000 KG SEM EXTINTOR OU APENAS COM 1 EXTINTOR	Alcains	Período crítico	1
QUEIMA DE SOBRANTES		Castelo Branco, Cebolais de Cima, Escalos de Cima e Lousa	Período crítico	8
FALTA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS		Alcains, Escalos de Baixo e Mata, São vicente da Beira Salgueiro do Campo, Santo André das Tojeiras	Período crítico	14

Fonte: GNR 2014

Estes comportamentos de risco ligam com as causas classificadas por negligência, algumas das mais frequentes tem a ver com queimadas ou queima pelo fogo de combustíveis agrícolas e florestais, nem sempre feitos respeitando as regras de segurança.

Também a utilização de alfaías agrícolas e florestais em que as ignições têm origem no atrito de partes metálicas com pedras ou na emissão de partículas incandescentes, faíscas e transmissão de calor por condução apresentam alguma frequência.

Identificados os comportamentos de risco foi desenvolvido um conjunto de ações de sensibilização a decorrer de acordo com a tabela 18, para minimizar esta situação.

Tabela 18 – Ações de sensibilização a desenvolver por ano e responsáveis

Entidade Promotora	Ação	Destinatários	Local	Período e Realização	2015	2016	2017	2018	2019
AFAF/CMCB	Campanha de sensibilização para defesa da floresta	População do Concelho de Castelo Branco	Todo o concelho	Janeiro a Junho	1		1		1
	Projeto de sensibilização "uma árvore 5 estrelas"	População escolar	Escola do Concelho a definir	Ano escolar	1	1	1	1	
	Projeto de sensibilização "da célula à árvore"	População escolar	Escola do Concelho a definir	Ano escolar		1	1	1	1
GNR	Campanha de sensibilização para defesa da floresta	População em geral	Freguesia do concelho a definir	Março	5				
CMCB	Jornadas Florestais	População do Concelho de Castelo Branco	Freguesia do concelho a definir anualmente	Março	1	1	1	1	1
GENERG	Visitas aos parques eólicos-Distribuição de Panfletos	População escolar	Parque eólico da Gardunha	Março	3	3	3	3	3

4.2.2 – Fiscalização

A fiscalização assume um papel de relevo numa estratégia de Defesa da Floresta Contra Incêndios, na medida que permite diminuir ou anular a possibilidade de uma ignição de um fogo florestal através de ações de prevenção passiva nomeadamente ao nível das medidas de autoproteção (por exemplo a limpeza junto dos aglomerados urbanos) e a eliminação de comportamentos de risco.

É fundamental atuar primordialmente no “antes”, pelo que a fiscalização desempenha uma importância fulcral no controlo de ignições e das suas respetivas propagações.

Defesa da Floresta Contra Incêndios
Tabela 19 Numero de autos levantados por tipologia de situação prevista na legislação em 2014

	FALTA DE GESTÃO DE COMBUSTIVEIS	UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMBUSTÃO PARA CONFEÇÃO DE ALIMENTOS NO PERIODO CRITICO EM AREA FLORESTAL	REALIZAÇÃO DE FOGUEIRA	REALIZAÇÃO DE TRABALHOS FLORESTAIS COM MAQUINARIA AGRICOLA COM PESO SUPERIOR A 10.000 KG SEM EXTINTOR OU APENAS COM 1 EXTINTOR	QUEIMA DE SOBRANTES
Alcains	1		1		
Castelo Branco		1		1	5
Cebolais de Cima					2
Escalos Cima e Lousa					1
Escalos de Baixo	1				
Lardosa			5		
São Vicente da Beira	3				
Salgueiro do Campo	2				
Santo André das Tojeiras	6				
Sarzedas	1				3
Tinalhas			1		
Número de autos	14	7	1	4	8
Número de processos instruídos	14	7	1	4	8
Numero de Processos de Contraordenação	14	7	1	4	8
Percentagem do Numero de Processos Contraordenação	100	100	100	100	100

Se forem tidas em consideração as principais causas inerentes à ignição de incêndios florestais, causados, segundo diversos estudos, maioritariamente pela atividade humana, mais se acentua a necessidade de uma eficaz fiscalização, que em ponto algum se pode dissociar da sensibilização, em virtude da principal meta a atingir, ou seja, alterar comportamentos humanos relativos ao uso indevido do fogo.

A fiscalização incidirá principalmente, de acordo com o disposto neste plano ao nível da definição da Rede de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível, Decreto-lei 17/2009 de 14 de Janeiro, Regulamento Municipal de Edificação em Espaço Rural e outra legislação em vigor sobre o assunto relativamente ao seu cumprimento.

Assim de acordo como disposto no parágrafo anterior para este capítulo não será elaborado um mapa.

Tabela 20 – Responsáveis pela fiscalização

Área de Atuação	Grupo Alvo	Período de Atuação	Entidade Responsável	Meios Envolvidos		Atividade Desenvolvida	Orçamento
				Recursos humanos	Recursos Materiais		
Concelho de Castelo Branco	Todos	Durante todo o ano	GNR/CMCB/ICNF			Patrulhamento	N d.
						Fiscalização	

Tabela 21– Metas e Indicadores da sensibilização

Entidade Promotora	Ação	Destinatários	2015	2016	2017	2018	2019
	Numero de participantes em cada ação						
AFAF/CMCB	Campanha de sensibilização para defesa da floresta	População do Concelho de Castelo Branco	20		20		20
	Projeto de sensibilização "uma arvore 5 estrelas"	População escolar	20	20	20	20	
	Projeto de sensibilização " da célula à arvore"	População escolar		20	20	20	20
GNR	Campanha de sensibilização para defesa da floresta	População em geral	100				

CMCB	Jornadas Florestais	População do Concelho de Castelo Branco	20	20	20	20	20
GENERG	Visitas aos parques eólicos-Distribuição de Panfletos	População escolar	50	50	50	50	50

4.2.3 Orçamento do 2.º Eixo

Tabela 22 Orçamento do 3 eixo

Entidade Promotora	Ação	Destinatários	2015	2016	2017	2018	2019
AFAF/CMCB	Campanha de sensibilização para defesa da floresta	População do Concelho de Castelo Branco	2.500,00		2.500,00		2.500,00
	Projeto de sensibilização "uma arvore 5 estrelas"	População escolar	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	
	Projeto de sensibilização " da célula à arvore"	População escolar		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
GNR	Campanha de sensibilização para defesa da floresta	População em geral	ND				
CMCB	Jornadas Florestais	População do Concelho de Castelo Branco	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
GENERG	Visitas aos parques eólicos-Distribuição de Panfletos	População escolar	ND	ND	ND	ND	ND
			7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00

4.3 - 3º Eixo Estratégico – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios

O Planeamento constitui uma das etapas fulcrais quando se pretende alcançar uma estratégia eficaz no combate aos incêndios florestais. Planear não significa somente definir metas, distribuir ações, calendarizar num espaço temporal, mas tão importante como estas tarefas, será obviamente a definição dos meios e recursos a utilizar e que permitirão alcançar eficazmente os resultados pretendidos.

A organização de meios e recursos deverá ser entendida como prioritária, por forma a garantir uma deteção e rápida extinção dos incêndios florestais.

A correta articulação entre os canais de comunicação, as formas de atuação e entidades responsáveis, contribuirá certamente para uma otimização de todo o processo relativo à gestão dos incêndios florestais.

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, por forma a garantir a deteção e extinção rápidas dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este desafio poderá ser agravado pelos ciclos climáticos.

A definição prévia de canais de comunicação e formas de atuação, o levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, contribuirá para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à problemática dos incêndios florestais.

Tabela 23 - Orientações do PNDFCI relativas ao 3º Eixo

Objetivos estratégicos	Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção Adequação da capacidade de 1.ª intervenção Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio
Objetivos operacionais	Estruturação e gestão da vigilância e da deteção como um sistema integrado Estruturação do nível municipal de 1.ª intervenção Garantia da correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão
Ações	Execução da inventariação dos meios e recursos existentes Definição de sectores territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio Identificação e/ou definição dos sistemas de vigilância e deteção Identificação dos elementos do território relevantes para apoio à decisão

4.3.1 – Vigilância e deteção

No mapa 2.9 encontram-se representadas as bacias de visibilidade associadas aos locais estratégicos de estacionamento.

A localização dos LEE’ s que funcionam durante toda a fase Charlie e dependendo das condições climáticas durante parte das fases Bravo e Delta, foi efetuada de acordo com as bacias de visibilidade, com o valor dos espaços florestais e com o tempo de deslocação a estes de forma a permitir uma primeira intervenção eficaz.

De referir que fase do gráfico denominada “bombeiros” corresponde as fases Alfa, Bravo, Delta e Fecho.



Gráfico - 1 Tempos de chegada nas Fases Charlie e Bombeiros

Na tabela 24 podemos observar a relação entre os incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção no concelho de Castelo Branco, para os anos de 2012, 2013 e 2014.

Verificamos que a fase Charlie justifica atenção redobrada porque sem dúvida alguma o maior número de ignições ocorre na época mais seca e quente do ano.

Tabela 24 Índice entre o número de incêndios florestais e equipas de vigilância e deteção

		2012		2013		2014		
		N.º Equipas	N.º Incêndios	N.º Equipas	N.º Incêndios	N.º Equipas	N.º Incêndios	
Fases de perigo	Alfa	1 Jan. - 14 Mai.	0	28	0	24	0	14
		15 Maio.- 30 Jun.	5	14	5	19	5	13
	Charlie	1 Jul. – 30 Set.	13	18	13	42	13	35
		1 Out. – 30 Out.	3	5	3	2	3	1
	Delta							
	Echo	1 Nov. – 31 Dez.	0	0	0	1	0	-

*As equipas de sapadores só efetuam vigilância e deteção quando estão em alerta amarelo, laranja ou vermelho.

4.3.2 – Rescaldo e vigilância pós-incêndios

Tabela 25 - Numero de reacendimentos (2002-2014)

Ano	N.º Ocorrências	Reacendimentos	% Reacendimentos
2002	144		0,00
2003	144	4	2,78
2004	189	9	4,76
2005	327	18	5,50
2006	252		0,00
2007	141	4	2,84
2008	207		0,00
2009	122	2	1,64
2010	97		0,00
2011	86	1	1,16
2012	109		0,00
2013	69	1	1,45
2014	63		0,00
Total Geral	1864	38	

Fonte: ICN, (2014)

Com um total de 1864 ocorrências no período 2002-2014 ocorreram 38 reacendimentos o que corresponde a 2,04% do total.

O ano com pior registo é o de 2005 com 18 ocorrências e 5.50% do total, correspondendo ao ano com maior número de ocorrências.

4.3.3 – Metas e indicadores do 3.º EIXO

Tabela 26 – Metas e Indicadores do 3º Eixo

Ação	Metas	Responsáveis	Unidades	2015	2016	2017	2018	2019
Vigilância e Detecção	% de deteções pelos posto de vigia	GNR	%	75	75	75	75	75
	% de deteções pela equipas DFCI	GNR e Associações de Produtores Florestais	%	20	20	20	20	20
	Protocolar com as Associações de Produtores Florestais 4 equipas Sapadores	Município e Associação de Produtores Florestais	uni	4	4	4	4	4
Rescaldo e Vigilância pós - incêndio	Manutenção de viaturas de combate a incêndios, equipas de combate e rescaldo	Bombeiros	N.º de reacendimentos	0,3 % das ocorrências	0,3 % das ocorrências	0,2 % das ocorrências	0,2 % das ocorrências	0,1 % das ocorrências
	% de deteções de reacendimentos pelos postos de vigia	GNR	%	90	90	90	90	90
	% de deteções de reacendimentos pelas equipas Sapadores	Equipas DFCI		10	10	10	10	10

Tabela 27 - Orçamento e responsáveis

Ação	Metas e responsáveis	Orçamento (€)					Total
		2015	2016	2017	2018	2019	
deteção, 1.ª intervenção, rescaldo, e vigilância pós	Coordenação (Câmara Municipal)	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	150.000,00

Ação	Metas e responsáveis	Orçamento (€)					Total
		2015	2016	2017	2018	2019	
	4 Equipas de Sapadores Florestais (Associações de Produtores Florestais e Câmara Municipal)	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	160.000,00	800.000,00
	GNR	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	0
	Levantamento de recursos (materiais e efetivos mobilizáveis) existentes nos Bombeiros voluntários de Castelo Branco, com vista à avaliação da sua capacidade operacional e do Município	N.D	N.D	N.D	N.D	N.D	0
	Total	190.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	950.000,00

4.4 – 4º Eixo Estratégico – Recuperar e reabilitar os ecossistemas

Tabela 28 - Orientações constantes no PNDFCI relativas ao 4.º Eixo estratégico

Objetivos estratégicos	Recuperar e reabilitar os ecossistemas
Objetivos operacionais	Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a curto e médio prazo
Ações	Identificação das necessidades potenciais de acções de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo Definição de tipologias de reabilitação a aplicar nas áreas identificadas na fase de avaliação, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa das infraestruturas e das estações e <i>habitats</i> mais sensíveis

4.4.1 – Avaliação

A recuperação de áreas ardidas é o primeiro passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais. A recuperação e reabilitação dos espaços rurais pressupõem dois níveis de atuação:

- Intervenções de curto prazo, designadas por estabilização de emergência, cujo objetivo é evitar a degradação dos recursos (água e solo) e das infraestruturas (rede viária florestal e passagens hidráulicas);
- Intervenções de médio prazo, denominadas por reabilitação de povoamentos e habitats florestais, que têm por objetivo o restabelecimento do potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais afetados por incêndios ou por agentes bióticos na sequência dos mesmos.

Nas intervenções de estabilização de emergência há sobretudo que estabelecer prioridades e tipos de intervenção, especialmente vocacionadas para o controlo de erosão, em função dos elementos fisiográficos mais relevantes (declives e extensão das encostas), e da cobertura do solo. Nestas situações deve ser avaliada a necessidade, ou não, de intervenção sobre os três elementos mais importantes: encostas, linhas de água e rede viária florestal

As ações de reabilitação de povoamentos e *habitats* florestais, devem aproveitar a janela de oportunidade que os incêndios, apesar de tudo, criam para alterações estruturais no território, infraestruturando e requalificando os espaços florestais de acordo com princípios de DFCI e boa gestão florestal.

Particular relevo deve ser dado à remoção do material lenhoso ardido, ao aproveitamento da regeneração natural, à beneficiação do arvoredo existente e à construção e manutenção/beneficiação de rede viária florestal e elementos de descontinuidade.

O planeamento municipal de defesa da floresta contra incêndios deve avaliar e identificar, a vulnerabilidade dos ecossistemas face aos incêndios florestais, com base na capacidade potencial de regeneração da vegetação após o fogo, no potencial de degradação do solo e na prioridade territorial para execução das ações em caso de incêndio florestal.

4.4.2 Reabilitação de ecossistema

Após a ocorrência de incêndios e com a chegada das primeiras chuvas no Outono, podem ocorrer graves situações de erosão dos solos e de degradação da qualidade das águas, situação que ocorre sucessivamente em várias zonas do concelho.

Com o intuito de se minimizar os referidos efeitos, a adoção de medidas a curto prazo é fundamental, para que se consiga evitar consequências drásticas relativamente à erosão dos solos, à ocorrência de cheias e à degradação da qualidade da água, nomeadamente nas zonas de influência de captação de recursos hídricos destinados a abastecimento humano.

Com base nestes pressupostos, considera-se fundamental o estabelecimento do seguinte plano de Ação:

- Nas zonas de maior risco de erosão, devem-se dispor os troncos e ramos queimados, devidamente escorados, segundo as curvas de nível, com o objetivo de constituir uma resistência ao escoamento superficial da água e ao arrastamento de sedimentos.
- Os espaços florestais a reconstituir deverão ser mais produtivos, mais estáveis, sempre que possível mais próximos dos sistemas naturais, mais diversificados e mais resilientes à ação do fogo.

- Promover a recuperação da vegetação ripícola dos cursos de água, em áreas atingidas pelos incêndios, através da propagação, por estacaria ou recorrendo à plantação, de espécies autóctones
- Arbóreas ou arbustivas e efetuar sementeira de herbáceas. Deste modo estaremos a repor a capacidade de retenção de sedimentos nas margens, evitando o assoreamento das linhas de água e conseqüentemente o risco de cheias.

4.4.3 - Planeamento de ações

Sendo os incêndios florestais um evento não previsível quer no espaço quer no tempo, e os seus efeitos também imprevisíveis, não é possível a elaboração quer de planos quer de cartografia quer de orçamentos relativamente a esta questão.

4.5 -5º Eixo Estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

A concretização das ações definidas no PMDFCI apenas será possível através da articulação e convergência de esforços dos diferentes organismos na defesa da floresta. Esta articulação requer uma organização que viabilize o trabalho de equipa e avalie os resultados das suas ações.

A atribuição de responsabilidades, no âmbito da DFCI, à ICNF, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e Guarda Nacional Republicana (GNR), obriga a que em cada entidade seja definida uma organização interna funcional, capaz de satisfazer de forma coerente e com elevado nível de resposta o cumprimento das missões que lhes são atribuídas.

Tabela 29 - Orientações constantes no PNDFCI relativas ao 5.º Eixo estratégico

Objetivos estratégicos	Operacionalização da Comissão Municipal de Defesa da Floresta
Objetivos operacionais	Fomento das operações de DFCI e garantia do apoio técnico e logístico
Ações	<p>Identificação das entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações</p> <p>Planificação da formação das entidades intervenientes no SDFCI</p> <p>Promoção da articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM</p> <p>Promoção da harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira entre concelhos</p> <p>Elaboração do cronograma de reuniões da CMDF</p> <p>Estabelecimento da data de aprovação do POM, que não deve ultrapassar 15 de Abril</p> <p>Explicitação do período de vigência, devendo o mesmo estar em conformidade com o definido no regulamento</p>

O objetivo estratégico deste eixo consiste em Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios garantindo a proteção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção proteção e socorro.

4.5.1 – Avaliação

O objetivo da formação consiste em transmitir maiores conhecimentos e competências para as funções a desempenhar de acordo com as necessidades identificadas:

Na tabela 30 é apresentada a necessidade de formação para os elementos de cada entidade no sistema DFCl.

Tabela 30 Necessidades de formação

Tipo de formação	Entidade a formar	ANO				
		2015	2016	2017	2018	2019
Coordenação	Câmara Municipal	1	1	1	1	1
Divulgar medidas de sensibilização	CMDFCI	10	11	1	1	1
Vigilância, deteção e 1.^a Intervenção	Câmara Municipal	1	1	1	1	1
	Sapadores Florestais	25	25	25	25	25
	Sapadores florestais	10	10	10	10	10
	GNR (postos de vigia)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Combate	Bombeiros	80	80	80	80	80
Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Câmara Municipal	Referidos nos itens anteriores	Referidos nos itens anteriores	Referidos nos itens anteriores	Referidos nos itens anteriores	Referidos nos itens anteriores
	Sapadores florestais	Referidos nos itens anteriores	Referidos nos itens anteriores	Referidos nos itens anteriores	Referidos nos itens anteriores	Referidos nos itens anteriores
	Bombeiros	Referidos nos itens anteriores	Referidos nos itens anteriores	Referidos nos itens anteriores	Referidos nos itens anteriores	Referidos nos itens anteriores

4.5.2 Organização do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Para concretizar os objetivos propostos o PMDFCI deverá, definir o organigrama/quadro com todas as entidades existentes no município com competências ao nível dos diferentes eixos estratégicos do PMDFCI, explicitando as suas atribuições principais.

No quadro a seguir são referidas as entidades com, responsabilidade ao nível do concelho no PNDFCI .

Tabela 31 – Entidades e responsabilidades

Eixos Estratégicos	Entidades com competências de coordenação e implementação de ações															
	EDP	REN	SCUTVIAS	EP	AFAF	GNR	Município	ICNF	GENERG	OPF	PSP	BVCB	JF	PJ	Prop.	REFER
1.º Eixo estratégico	X	X	X	x		x	X		X	X				X	X	X
2.º Eixo estratégico					x		X	X		x		x	x			
3.º Eixo estratégico						x	X	X		x	x	x	x			
4.º Eixo estratégico							X	X		x					x	
5.º Eixo estratégico	x		x	x	x	x	X	X		x	x	x	x			x

x	Competências de coordenação
	Competências significativas

Legenda: **EDP** - Eletricidade de Portugal, **REN** - Rede Elétrica Nacional, SCUTVIAS-Concessionária da A23, EP-estradas de Portugal EPE, AFAF-Associação de Formação Ambiental e Florestal **GNR** – Guarda Nacional Republicana, **ICNF** – Instituto de Conservação das Florestas e da Natureza, **GENERG**-Gestora de Parques Eólicos **OPF**- Organizações de Produtores Florestais, **PSP**- Policia de Segurança Publica, **BVCB** – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco, Prop - Proprietários **JF** – Juntas de Freguesia, **PJ** – Polícia Judiciária.

4.5.3 – Operacionalização das ações

4.5.3.1 Formação

Na tabela 29 este estabelecido o programa de formação para as diversas entidades e orçamento previsto para o período de vigência do PMDFCI (2015-2019).

4.5.4 Funcionamento da CMDFCI

Ao nível municipal, a CMDF é a estrutura de articulação entre as diferentes entidades e tem como missão a coordenação de ações, no que se refere à definição de políticas e orientações no âmbito da DFCI. O PMDFCI é o instrumento orientador do planeamento integrado dessas ações.

Tabela 32 – Adoção de um sistema de prevenção eficaz

Até 15 de Abril	Aprovação do Plano Operacional Municipal e alteração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios sempre que se justifique.
1 a 15 de Junho	Definir o início da época estival e ajuste entre as diversas entidades envolvidas nas ações a realizar.
Novembro	Avaliação da época estival.
A CMDFCI reunirá sempre que se justifique.	

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios tem um prazo de vigência de cinco anos (2015-2019), é um documento dinâmico, que como foi referido no quadro anterior, será revisto sempre que necessário na 1.^a quinzena de abril, quando a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios procede à aprovação do **Plano Operacional Municipal**.

Caso exista um motivo que o justifique o mesmo poderá ser revisto e alterado noutra data.

Defesa da Floresta Contra Incêndios

Tabela 33 Programa de formação e orçamento

Tipo de formação	Entidade	N.º de elementos	Orçamento (€)				
			2015	2016	2017	2018	2019
Coordenação	Câmara Municipal	1	250	250	250	250	250
Sensibilização	CMDFCI	10	600	600	600	600	600
Vigilância e deteção e 1. ^a intervenção	Câmara Municipal	1	300	300	300	300	300
	Sapadores florestais	25	1.250	1.250	1.250	1.250	1.250
	GNR (postos de vigia)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Combate	Bombeiros	80	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Rescaldo e vigilância pós incêndio	Câmara Municipal	1	*	*	*	*	*
	Sapadores florestais	25	*	*	*	*	*
	GNR (postos de vigia)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	Bombeiros	80	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Total			2.400	2.400	2.400	2.400	2.400

* Valor já considerado

5.0 – Orçamento

Na tabela a seguir está expresso o orçamento total para cada ano para a execução das ações propostas neste plano para o período 2015-2019.

Tabela 34 – Orçamento

Eixos estratégicos	2015	2016	2017	2018	2019	Total Eixo
1.º Eixo estratégico	1.477.823,53	419.396,79	190.874,06	3.021.499,86	116.581,23	5.226.175,47
2.º Eixo estratégico	75.000,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	105.000,00
3.º Eixo estratégico	190.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	190.000,00	950.000,00
4.º Eixo estratégico	0	0	0	0	0	0
5.º Eixo estratégico	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	2.400,00	12.000,00
Total/ano	1.745.223,53	619.296,79	390.774,06	3.221.399,86	316.481,23	6.293.175,47